

**RAUL GLABER: UM HISTORIADOR NA IDADE MÉDIA(980/985-1047)**

**RAUL GLABER: A HISTORIAN IN THE MIDDLE AGES (980/985-1047)**

Néri Barros de Almeida  
Universidade Estadual de Campinas

---

**Resumo:** Embora chamada *Histórias*, a obra de Raul Glaber pouco foi considerada em seu caráter historiográfico. A força de uma concepção de Idade Média como época marcada por grandes deficiências, perdas e carências lançou para segundo plano aquela que as evidências mais imediatas fazem pressupor se tratar da razão fundamental do manuscrito: a composição de texto pertencente a um gênero narrativo particular. Para alguns, a suposta “barbarização” da sociedade teria marcado o declínio dos gêneros narrativos antigos que na Idade Média deles conservariam praticamente apenas o nome. Este texto pretende discutir esses pressupostos e a relevância que pode ter para o historiador medievalista um texto de história tão fracamente difundido em seu tempo como as *Histórias* de Raul Glaber.

**Palavras-chave:** Historiografia; Gênero narrativo; Raul Glaber

**Abstract:** Though called *Histories*, Ralph Glaber’s work has rarely been considered in its historiographical character. The strength of his conception of the Middle Ages as a time of great deficiencies, losses, and needs puts in second plan what may be seen as the manuscript’s fundamental reason - the composition of a text that belongs to a particular narrative genre – according to the most immediate evidences. For some, the alleged “barbarization” of society signaled the decline of old narrative genres, which had only their names preserved in the Middle Ages. This text intends to discuss these premises as well as the relevance that a history text so little known in its time, such as Ralph Glaber’s *Histories*, may have for a medievalist.

**Keywords:** Historiography; Narrative genre; Raul Glaber

---

Recebido em: 15/10/2010  
Aprovado em: 02/12/2010

Durante o século XX, a Idade Média ascendeu. Talvez, demais. Passou de limbo a céu libertário. A época que no senso comum era marcada pelo aprisionamento explicativo – quem sentia necessidade de questionar a plausibilidade de mil anos de história definidos de um extremo a outro pelo domínio da violência guerreira coadjuvada por medos forjados na fé comum por eclesiásticos cúpidos e mesquinhos? – mudou. As trevas medievais caracterizadas pelo império da violência e a supremacia da bárbara vontade aristocrática se transformaram em uma explosão de luzes mas também de incertezas.

Por motivos diversos desde o século XVI, os séculos que hoje conhecemos por medievais passaram a ser vistos com distanciamento e, mesmo, estranhamento. Apontava-se com insistência as rupturas entre o tempo presente e essa época bárbara. Foi dessa forma, que a ideia de modernidade se desenvolveu dependente da ideia de Idade Média. As glórias da primeira eram comemoradas sobre a cova rasa da segunda. Os critérios que por tanto tempo garantiram que a historiografia refizesse permanentemente seu elogio da modernidade se esgotaram com as desrazões do século XX, que talvez encontrem seus exemplos mais contundentes nas teorias psicanalíticas e nos métodos de extermínio em massa. Entre os anos 1960 e 1990, observamos a afirmação paulatina da crítica da modernidade. De época de afirmação da liberdade humana, a modernidade transformou-se naquela que forjou e colocou em uso - em uma escala até então desconhecida -, os mais eficazes instrumentos de destruição da vida e as ferramentas mais sofisticadas de controle da pessoa. “Violência” e “controle”, critérios centrais da crítica realizada, até então haviam orientado a construção dos antagonismos fundamentais entre Idade Média e modernidade. O questionamento desses critérios tornou necessário reinventar a Idade Média. Insisto no termo “reinventar”, pois trata-se, de fato, de uma reelaboração radical dos critérios para a consideração do período. Hoje, a Idade Média não está simplesmente sendo reconsiderada, mas tendo todos os seus fundamentos refeitos. Não foi Jacques Le Goff que no auge desse processo desejou situar alguns de seus artigos mais brilhantes numa demanda “Por uma outra Idade Média”<sup>1</sup>? “Feudalismo”, “heresias”, “Cruzadas”, entre outros, são hoje referenciais explicativos cujos fundamentos vacilam.

Gostaríamos de começar a nos perguntar aqui se a forma de se fazer história na Idade Média – os critérios utilizados e os quadros narrativos resultantes dessa atividade - pode de alguma maneira ajudar nessa reconstrução. Não tenho ilusões sobre quão pouco longe poderei ir por hora. A primeira constatação que se impõe é que, se quiser fazê-lo, teremos de priorizar

---

<sup>1</sup> LE GOFF, Jacques. *Para um novo conceito de Idade Média*. Lisboa, Estampa, 1980.

um percurso lógico por muito tempo subestimado - na verdade, desde...a modernidade - e que lentamente volta a se impor. Devemos olhar para trás, para as referências da Idade Média, ou aquelas em relação às quais a Idade Média se distanciou desde o século V. Nada de incomum nisso se admitirmos a Antiguidade da história enquanto gênero narrativo. Apenas depois desse procedimento retrospectivo, é possível avaliar se há dentro dessa tradição narrativo-explicativa, chamada de história, uma ruptura na Idade Média.

A crítica da modernidade colocou em destaque os efeitos antiemancipatórios causados pela violência e demais métodos de dominação do Estado desde os momentos mais remotos de sua formação. Celebrada conquista dos tempos pós-medievais, o Estado passou a ser considerado mais por seus vícios do que por suas virtudes. Passou assim a ser descrito aprisionando os loucos, a festa, a diversidade, o indivíduo etc... Por conta disso, a Idade Média teve sua obscuridade revista. A fragilidade do poder institucional nesse período deixava de ser berço de desordem, ele agora abria clareiras, vazios de poder, regiões que este não pretendia ou não podia atingir, espaços de liberdade. O silêncio das fontes era preenchido pelo som contínuo do discurso antimodernista. Duas “ausências” eram fundamentais a essa “recuperação” dos meandros da liberdade que teria sido experimentada de fato na Idade Média: a ausência do Estado e a ausência da razão positiva. Novamente a modernidade impunha suas normas à leitura dos documentos medievais.<sup>2</sup> Acreditava-se possível levantar hipóteses sobre âmbitos - situados aquém do poder seja do rei, da aristocracia ou da Igreja - em que graçava a liberdade. Essas teses nos tiravam da cegueira das trevas medievais mas arriscavam nos expor àquela da excessiva claridade teórica.

A presunção do vigor de uma razão diversa afetou singularmente a leitura dos documentos. Reinventar a Idade Média passa hoje pela crítica desse pressuposto de “crítica da razão”. Não devemos evidentemente abrir mão de uma distinção o mais refinada possível entre as épocas, mas, talvez, a tentativa de definir uma racionalidade diversa da nossa por meio de textos escritos seja um exercício inglório. O que nos interessa aqui é o fato de que trocamos o preconceito que existia no passado contra textos tidos como crédulos ou fabulosos e passamos ao preconceito que se nega a interpretá-los segundo qualquer ordem na qual sejamos capazes de reconhecer uma racionalidade que chamaríamos de nossa. A ausência de respostas diretas a nossas indagações nessa perspectiva representa sempre o perigo de que seja de imediato interpretada como diversidade lógica que torna o sentido do texto inatingível.

---

<sup>2</sup> Observe-se que de fato se ia pouco longe dos modelos anteriores. As duas perspectivas eram igualmente dependentes da noção de um “poder privatizado”, portanto de uma Idade Média antagônica à organização política estatal.

Novamente o texto de “história” escrito na Idade Média, provido de um passado e de um futuro, nos parece fornecer a possibilidade de uma contraprova interessante. É com essa intenção que propomos uma leitura que parte do “Prólogo” que Raul Glaber estabeleceu para suas histórias. Haverá um autor e uma tradição narrativa que deem a este texto, tantas vezes subestimado, um sentido ao qual possamos chegar diretamente, sem rodeios teóricos? O “Prólogo” marcado pela presença do “curioso” “Tratado sobre a essência e as correspondências da divina quaternidade” é certamente o lugar para começar a responder a esses interesses. O estranhamento que nos causa já coloca em foco questões que nos parecem fundamentais: Existe um autor? Esse autor tem um plano narrativo particular? Como teologia e história convivem e de que forma interagem com o plano autoral?

#### **HISTÓRIAS, Livro I, Parágrafos 1 a 4**

“À Odilon, abade do mosteiro de Cluny e o mais ilustre dos homens eminentes, Raul Glaber.

1. As justas reprovações que meus irmãos letrados e vós mesmo me haveis tão frequentemente endereçado me tocaram e deplorei que não se encontre hoje ninguém para transmitir, sob qualquer forma que seja, àqueles que viverão depois de nós os diversos eventos memoráveis que aconteceram tanto nas igrejas de Deus quanto entre os povos. Ainda mais que, sabemos por meio do testemunho de Nosso Senhor que, até a última hora do dia, ajudado pelo Espírito Santo, ele mesmo operará com o Pai coisas novas. Por outro lado, depois de quase duzentos anos, quer dizer, depois que Beda padre na Inglaterra, e Paulo na Itália, contaram a história de sua nação e de sua pátria, não se encontrou pessoa para transmitir à posteridade um trabalho de história, enquanto que é evidente, tanto no mundo romano quanto nas regiões de além-mar ou nas províncias bárbaras, que fatos aconteceram que seria extremamente útil aos homens conservar na memória, para que sua meditação inspire a cada um precauções salutares. Não se deu de outra forma, com toda certeza, com os eventos que se multiplicaram de maneira insólita por ocasião do milênio da Encarnação de Cristo, nosso Salvador. Também eu decidi obedecer, como podia, à vossa injunção e à vontade de meus irmãos. Farei primeiramente ver (pois não podemos afirmá-lo com certeza, ainda que o compto dos anos decorridos depois da criação do mundo feito nas histórias dos hebreus, difira daquele da tradução dos Setenta) que o segundo ano que seguiu o milênio do Verbo encarnado foi também o primeiro ano de Henrique, rei dos saxões, e que o milésimo ano de nosso Senhor foi também o décimo terceiro de

Roberto, rei dos francos. Deste lado do mar todos os dois eram considerados como os mais cristãos e os maiores reis; o primeiro, Henrique, chegou em seguida ao Império Romano. Também colocamos sua lembrança na origem de nossa cronologia. Antes, uma vez que nos preparamos para contar eventos acontecidos nas quatro regiões deste mundo terrestre, e como nos endereçamos a religiosos, nos pareceu justo e necessário colocar como introdução de nosso trabalho, um tratado, redigido sob a direção do Senhor, sobre a essência e as correspondências da divina e sublime quaternidade

I. A divina quaternidade

2. Deus, autor de todas as coisas, distinguiu suas criaturas por múltiplas formas e figuras, a fim de elevar o homem instruído das realidades que discernem seus olhos e que compreende seu espírito à uma visão imediata da divindade. Os primeiros que, pelo estudo e a discussão, foram ao fundo dessa questão e aí lançaram luz foram os Padres gregos, filósofos admiráveis. Dentre os numerosos assuntos aos quais deram a medida de seu espírito, figura o exame de certas quaternidades, pelo qual nos é dado compreender o mundo inferior em que estamos no presente, e aquele do alto, que deve vir. Estas quaternidades e seus reflexos entrecruzados, se chegamos a fixar suas divisões, tornarão mais penetrantes ainda o espírito e a inteligência daquele que sabe compreendê-los. Quatro são os Evangelhos que representam em nosso espírito o mundo do alto. Tantos são os elementos que compõem o mundo de baixo. Quatro também as virtudes nas quais todas as outras coisas tomam seu princípio, e que por sua união nos levam em direção a elas. De mesmo número são os quatro sentidos corporais, se excluimos o tato, que cede à maior sutileza dos demais. O que é o éter, elemento ígneo, em nosso mundo sensível, é a mesma coisa a sabedoria no mundo do espírito, se elevando sem cessar na esperança de atingir a proximidade de Deus. E o que é o ar no mundo corporal, é também o que é a força, animando os seres vivos e lhes dando o poder na ação. Da mesma maneira, o que faz a água no mundo corporal, a temperança realiza no mundo do espírito: nutriz de toda coisa boa, portadora de grande número de virtudes, salvaguarda a fé pela aspiração ao amor divino. A imagem da terra neste mundo baixo é análoga àquela da justiça no mundo do espírito: aquela de uma permanente, imutável e justa distribuição do espaço. Semelhante em todos os pontos se descobre o ordenamento espiritual dos Evangelhos. Com efeito, o Evangelho de Mateus contém a figura mística da terra e da justiça, pois mais do que nos outros, nele se revela a substância carnal do Cristo homem. É a imagem da temperança e da água que carrega o Evangelho de Marcos, quando pela temperança, ele nos leva do batismo dado por João à penitência. O Evangelho de Lucas oferece a aparência do ar e do poder, por sua amplitude, e o grande número de histórias das quais ele retira sua força. O de João carrega em si o signo do éter

ígneo e da sabedoria, que se mantém acima de todas as coisas, quando introduz em nós o conhecimento imediato de Deus e da fé. A estas relações especulativas entre os elementos, as virtudes e os evangelhos, convém também associar o homem, pois à ele elas foram concedidas para estar a seu serviço. Com efeito é a substância mesmo de sua vida que os filósofos gregos chamaram microcosmo, quer dizer, “pequeno mundo”. A visão e a audição, que governam o espírito e a razão, estão em analogia com o éter, o mais sutil dos elementos, aquele que se mantendo mais alto, é também o mais brilhante por sua glória e seu esplendor. O odor que carrega com ele o signo do ar e da força o segue. No paladar se encontra muito justamente a analogia da água e da temperança. O tato enfim, o mais humilde de todos, é também o mais apto, por sua consistência e sua imobilidade a carregar o signo da terra e da justiça.

3. Através destas evidentes correspondências entre as coisas se cumpre a clara, belíssima e silenciosa revelação de Deus, pois no movimento incessante que se dá entre elas, onde cada uma remete à outra, revelando assim a fonte inicial da qual todas procedem, elas procuram reencontrar Nele o repouso inicial. No prolongamento de nossa especulação, é enfim possível com toda a prudência desejada, compreender o que é o curso de água, que saído do Édem, corre para o Oriente e se divide em quatro rios ilustres entre os demais. O primeiro dentre eles, o Píson, que significa “abertura da boca”, carrega o signo da sabedoria, que entre os melhores é sempre grande e eficaz: é apenas graças a ela que será possível reganhar o paraíso que por sua negligência os homens perderam. O segundo se chama Gion, o que quer dizer “fissura na terra”, ele leva o signo da temperança, nutriz da castidade, benefazeja que extirpa a planta de todos os vícios. O terceiro é o Tigre, em torno do qual vivem os assírios, cujo nome significa “aqueles que governam”, ele designa a força, aquela pela qual os vícios e os pecados são repelidos, e que, com a ajuda de Deus, leva os homens à alegria do reino eterno. O quarto é o Eufrates, cujo nome soa como “abundância”, ele representa claramente a justiça, que nutre e sacia a sede de toda alma que a ama e a deseja. E se a significação destes quatro rios porta em si a imagem das ditas virtudes a figura dos quatro Evangelhos se encontra da mesma forma nos tempos de nosso mundo, e seus quatro períodos, a figura das mesmas virtudes. Pois do início do mundo ao castigo do dilúvio, a sabedoria reinou sobre aqueles que, pela bondade imediata de sua natureza, conheceram e amaram seu criador, como Abel, Enoque e Noé e todos os outros, poderosos por seu espírito de razão, e que souberam compreender como agir pelo melhor. Em Abraão e os outros patriarcas que usaram de signos e de visões, como Isaque, Jacó, José e os outros, se afirma a temperança, que na prosperidade como na adversidade, os faz amar mais do que tudo a seu criador. Moisés e os outros profetas, que foram também poderosíssimos legisladores e

instauradores dos preceitos da lei, fundaram a força: por eles com efeito, foram ensinados os preceitos difíceis da lei. Enfim, a partir do advento do Verbo encarnado, a justiça encheu o mundo, o governa e o encerra, origem e fim de todas as coisas, como a Verdade o havia dito ao Batista: “é preciso que nos enchamos de toda justiça”.

4. A partir do ano 900 do Verbo encarnado, que cria e dá vida a todas as coisas, até nós, contaremos que os homens mais eminentes no mundo romano, foram os protetores da justiça e da fé católica, como o recolhemos em fontes certas ou conforme vimos nós mesmos. Contaremos também os eventos e as numerosas coisas memoráveis que se deram, tanto nas igrejas sagradas como entre um e outro povo, orientando primeiramente nosso espírito em direção ao império que dominou outrora o conjunto do mundo, o Império Romano. Quando a virtude do Cristo todo-poderoso submeteu a seu poder os príncipes de todo este mundo, o terror inspirado pelos cézares perdeu sua força, pois se tornou cada vez mais evidente que sua autoridade se fundava sobre o temor de sua ferocidade mais do que sobre o amor suscitado por sua benevolente piedade. Assim, pouco a pouco sua raça foi privada e excluída do dito Império ao ponto de que daí em diante a cidade e o povo de Roma, que outrora ditavam as leis e as instituições às outras pátrias e cidadãos, pareceram pedir para serem governados. Muitas das nações outrora sujeitadas se colocaram então a afligi-lo por meio de repetidas pilhagens; os reis das regiões vizinhas começaram mesmo a se amparar do nome imperial usurpado. Neste tempo, os reis da nação dos francos eram valorosos e poderosos. Distinguiam-se dentre todos por sua justiça cristã; eles se sobressaíam também por sua habilidade com as armas e seu poderio militar. Durante numerosos anos, seu poder triunfal estendeu sua autoridade até o limiar do império. Entre eles foram ilustres mais do que todos, Carlos, chamado de o Grande, ou Luis, dito, o Piedoso. Homens de grande sabedoria e virtude, submeteram a sua dominação povos belicosos que os rodeavam de tal forma que o mundo romano como uma única família se inclinou diante de seus imperadores, e seu Estado se regozijou de tê-los feito seus pais ao invés de como outrora, de glorificarem o medo inspirado por seus imperadores. No entanto, como não pretendemos expor em nossa história nem sua genealogia nem seus fatos desejamos agora contar brevemente como sua linhagem de reis e imperadores encontrou seu fim.”

Os cinco livros que constituem as *Histórias* de Raul Glaber foram escritos na Borgonha, muito provavelmente entre 1016 e 1047. Raul nasceu entre 980 e 985 e morreu em 1047 na mesma localidade, onde, sabemos, também passou boa parte de sua vida. Região vasta e rica historicamente que ele conhecia profundamente devido às constantes mudanças de casa religiosa ao longo de sua vida e dos contatos com grandes figuras da Igreja como Guilherme de

Volpiano, abade de Saint-Bénigne de Dijon ou Odilon, abade de Cluny, dois poderosos reformadores da Igreja de seu tempo. A este, a versão final das *Histórias* é dedicada.

Conhecemos apenas dados biográficos esparsos de Raul. Esses nos chegaram através do que ele mesmo registrou em suas duas únicas obras as *Histórias* e a *Vida de Guilherme de Volpiano* (*Vita domni Willelmi*). Essas informações foram, por muito tempo, mal recebidas por uma historiografia ainda por demais comprometida com rigorismos religiosos e metódicos. A confissão de suas fraquezas morais, em especial aquelas que acarretaram suas constantes mudanças de mosteiro, rendeu a Raul o ostracismo do domínio das pesquisas consideradas rigorosas<sup>3</sup>. São beneditinos os eruditos que em 1748 estabeleceram na *Histoire littéraire de la France*, que Raul não era um historiador a ser levado em conta. Segundo eles, não lhe era próprio “nem gosto, nem escolha, nem ordem na maior parte dos fatos, nem muito julgamento. É uma mistura confusa de História civil e História eclesiástica, na qual o autor faz entrar visões e aparições noturnas, com outras minúcias que não deveriam aparecer num trabalho sério”<sup>4</sup> (t.VII, p.402). Os metódicos desacreditaram seu relato à luz de suas falhas de erudição, das imprecisões cronológicas, de sua piedade e da organização não linear de sua narrativa.

Tomadas dessa forma, as informações autobiográficas de Raul contraditoriamente contribuíram para obscurecer o autor e sua obra, bem como reforçaram a aura de decadência que presumivelmente pairava sobre sua visão do tempo presente. Hoje, ao contrário, não se deixa de reconhecer nele uma cultura refinada – que ele mesmo revelara ser reconhecida por seus pares – própria de um beneditino crescido e formado à sombra da prestigiosa escola carolíngia de Auxerre. Sua “falta de rigor” cronológico, bem como as inquietantes idas e vindas de seu texto, encontram explicação justamente na fidelidade à suas fontes eruditas, em especial, Ambrósio de Milão e a tradução feita por João Escoto Erígena (c.800/810-c.870) das *Ambígua* de Máximo Confessor (martirizado em 662) presentes na biblioteca de Saint-Germain

---

<sup>3</sup> Raul foi entregue aos 12 anos à Saint-Germain d’Auxerre, mais tarde é expulso de Saint-Léger de Champeaux (dependência de Saint-Germain d’Auxerre), talvez tenha passado por La Réome (dependência de Saint-Germain d’Auxerre onde Guilherme de Volpiano foi abade até 1002). Em 1016 ele está em Saint-Bénigne de Dijon onde Guilherme de Volpiano exerce o abaciado. Após uma desavença com este foge para um mosteiro não identificado que uma tradição estabelecida por Ernest Petit considerou tratar-se de Cluny, onde teria ficado entre 1030/1031-1035. Volta para Saint-Germain d’Auxerre e depois parte para Moutiers Sainte-Marie (priorado de Saint-Germain). Em 1035 está em Saint-Pierre de Bèze. Morre entre o final de 1046 e o início de 1047 em Saint-Germain d’Auxerre para onde, segundo Véronique Gazeau e Monique Goullet, deve ter voltado entre 1036-1037.

<sup>4</sup> t. VII, p.402, *apud* RAOUL GLABER. *Histoires*. Ed. e trad. ARNOUX, Mathieu. Turnhout, Brepols, 1996, p.5-6.

d'Auxerre, casa religiosa à qual Raul foi entregue aos 12 anos por um tio monge.

Durante a Idade Média, o texto de Raul Glaber não obteve fama que justificasse um número notável de cópias. Das *Histórias*, chegaram até nós um manuscrito do qual constam preciosas folhas escritas de próprio punho por ele (Paris, BN, latin 10912) e mais duas cópias medievais. Do outro texto que completa as obras de Raul, *A vida de Guilherme de Volpiano*, conhecemos apenas um manuscrito (Paris, BN, latin, 5390). A edição das *Histórias* utilizada aqui aproveita as importantes considerações que derivam do achado do manuscrito autógrafo, no qual podem ser verificadas as intervenções de Raul sobre o próprio texto já redigido. Recorremos à edição deste manuscrito estabelecida por Mathieu Arnoux que por sua vez segue e se beneficia das edições críticas e traduções feitas por John France na Inglaterra e por Guglielmo Cavallo e Giovanni Orlandi na Itália. Além da edição de Arnoux mais duas traduções das *Histórias* apareceram em francês - se não contarmos os longos excertos divulgados por *O ano mil* de Georges Duby. Bem mais antigas, trata-se das traduções de Guizot aparecida em 1828 no tomo VI da *Collection de mémoires relatifs à l'histoire de France* e de Edmond Pognon de 1946 divulgada por meio da coletânea *L'an mille (Mémoires du passé pour servir au temps présent, 6)*. Estas são de grande importância histórica. A valorização do texto de Raul como documento passa a acontecer no século XIX num contexto em que tanto a historiografia quanto a organização dos acervos documentais têm forte comprometimento com projetos políticos nacionais. A historiografia moderna nasce e se nutre do contexto em que a afirmação das especificidades nacionais é uma questão política de ordem maior. A leitura do texto de Raul deve ser feita à luz de seu conteúdo interno, mas igualmente da crítica da tradição ou das tradições que o interpretaram. Dessa forma, as edições de sua obra na França importam sobre outras, tendo em vista a projeção dada a Raul na historiografia francesa. É aos problemas fundamentais dessa historiografia que a tradição de leitura das *Histórias* está subordinada.

Embora chamada de *Histórias*, a obra de Raul Glaber pouco foi considerada em seu caráter historiográfico. A força de uma concepção da Idade Média como época marcada por deficiências radicais alimentou esse afastamento daquela que as evidências mais imediatas fazem pressupor se tratar da razão fundamental do manuscrito. Devido à "barbarização" da sociedade, gêneros narrativos antigos aí quase nada conservariam da tradição anterior além do nome. Seria isso que se daria com as narrativas chamadas de "história". Este seria não apenas um gênero inexistente, mas impossível tendo em vista limites culturais intrínsecos. A história não existiria na Idade Média, época desprovida de meios para uma percepção, recorte e análise objetivos dos acontecimentos. A principal causa dessa desconfiança seria o comprometimento

da razão com a fé. Ficava de fora dessa apreciação – particularmente viva no ambiente historiográfico francês – a complexidade da cultura cristã medieval. O conceito de história que vigorou durante todo o período, emprestado a Isidoro de Sevilha, dizia respeito à *narratio rei gestae* (a narração das coisas feitas). Como lembra Bernard Guenée, este se filia clara e diretamente à tradição antiga. Para Cícero, os historiadores romanos – Catão, Fábio Pictor ou Calpúrnio Piso – eram *narratores rerum* (aqueles que contavam sobre as coisas) e para Aulo Gélcio a história seria o *rerum gestarum narratio* (a narração das coisas passadas). No que diz respeito à verdade, a distinção feita pela retórica clássica entre a *historia* que diz a verdade, o *argumentum* que não diz a verdade, mas o verossímil, e a *fabula* cujo relato não é verdadeiro, os autores da Idade Média reconheceram fundamentalmente a oposição entre verdade histórica e ficção. No entanto, tendo em vista os problemas de incongruência textual entre o Antigo e o Novo Testamento enfrentados pelos primeiros cristãos, a verdade do texto passou a ser definida a partir ora do sentido literal do escrito, ora a partir da interpretação do “espírito da letra”<sup>5</sup>. O relato histórico medieval vai além, sendo a história uma narrativa discursiva específica dos eventos reais considerados dignos de memória ocorridos no passado remoto ou imediato em uma perspectiva cronológica.

Raul Glaber apresenta seu texto como “história”, atribuindo ao termo o sentido geral de “discurso” (*sermonis*, II,1), no caso, escrito. Raul se dirige a monges letrados (*studiosorum fratrum*, I,1), ou seja, que dominam a leitura e a escrita do latim, para a transmissão de um discurso sobre eventos memoráveis: “deplorei que não se encontre hoje ninguém para transmitir, sob qualquer forma que seja, àqueles que viverão depois de nós os diversos eventos memoráveis que aconteceram tanto nas igrejas de Deus quanto entre os povos” (I,1)<sup>6</sup>. Os termos latinos escolhidos por Raul reconhecem critérios que orientam a seleção dentre os elementos verdadeiros observáveis, daqueles que são propriamente históricos ou adequados aos fins do discurso histórico. Como indica a frase, *videntur fieri*, traduzível por “eventos memoráveis”, esses fins estão ligados à capacidade desses eventos de serem proveitosamente submetidos ao exame e à retenção. Tais fins e a dupla operação que os qualifica estabelecem a teoria da delimitação racional dos eventos propriamente históricos. Esses “eventos memoráveis” são o objeto do discurso histórico e, para seus leitores, meio de exame do mundo. Como tal, permitem o cumprimento da função pedagógica e moral da história: “fatos aconteceram que

---

<sup>5</sup> GUENÉE, Bernard. *Histoire et culture historique dans l'Occident medieval*. Paris: Aubier, 1980, p.18-19.

<sup>6</sup> *non quispiam existeret qui futuris post nos multiplicia haec videntur fieri tam in ecclesii Dei quam in plebibus minime abdenda qualicumque stili pernotatione mandaret.*

seria extremamente útil aos homens conservar na memória, para que sua meditação inspire a cada um precauções salutares” (I, 1)<sup>7</sup>.

Os trechos acima selecionados das *Histórias* podem ser identificados respectivamente como o prólogo geral da obra no qual Raul apresenta sua proposta fundamental (Parágrafo 1), o “Tratado sobre a essência e as correspondências da divina quaternidade” que fornece o quadro teórico para o estabelecimento simultâneo da estrutura narrativa por meio da qual os fatos são escolhidos e organizados e é feita a interpretação do plano histórico (Parágrafos 2 e 3) e aquele que seria propriamente o prólogo do livro I (Parágrafo 4). Chamaremos essas três partes juntas de “prólogo expandido”. É preciso adiantar que essa escolha decorre da tentativa de reconsideração da obra à luz de tradições historiográficas anteriores e das teses que marcam sua personalidade no senso comum. Procuramos em primeiro lugar questionar rupturas por demais drásticas e considerar, a partir de estudos mais recentes, que a autoria na Idade Média – talvez tanto quanto a historiografia – é um fato. Dessa forma, o recorte do prólogo baseia-se na concepção de que nele está contido o programa de composição da narrativa historiográfica de Raul Glaber bem como seu quadro teórico e metodológico, por meio do qual sua obra, provida de uma unidade que ainda demanda esforços para sua compreensão, foi construída.

### **1. A importância das “Histórias”**

A obra *Histórias*, de Raul Glaber, é por muitos motivos singular. Primeiramente porque o lugar que ocupa hoje na cultura histórica deriva menos de sua evidência no período em que veio à luz do que da importância que lhe foi atribuída pelos historiadores, desde o século XIX. Estes integraram as *Histórias* num dossiê de textos central a um sistema explicativo cujo prestígio tornou o questionamento da leitura canônica da obra de Raul de grande dificuldade pelas gerações seguintes. A obra de Raul Glaber ganha um lugar definitivo na cultura histórica com Jules Michelet (1798-1874), associada aos medos ou terrores que teriam se manifestado em torno do ano mil, referencial cronológico das *Histórias*. No mesmo período, François Guizot (1787-1874) dava luz ao modelo idealizado de uma sociedade feudal de coesão frágil sempre prestes a dissolver-se pela violência guerreira que nela tinha papel central<sup>8</sup>. As *Histórias* foram lembradas pelos historiadores de uma e outra vertente com a virtude de por vezes satisfazer aqueles que as reuniam numa mesma

---

<sup>7</sup> *perplura devenisse que, memoriae commendaretur, proficua numium hominibus forent atque ad commodandum quibusque cautele studium potissimum iuvarent.*

<sup>8</sup> BARTHÉLEMY, Dominique. “La paix de Dieu dans son contexte (989-1041)”. *Cahiers de civilisation médiévale*. 40, 1997, p.3-35.

interpretação do mundo cristão ocidental pós-carolíngio. Dentre estes, notadamente os defensores do que se chama comumente de “revolução feudal”, “anarquia feudal” ou “mutação feudal” e que associam aos traumas das mudanças políticas e sociais súbitas que teriam dado lugar ao “feudalismo”, movimentos religiosos que caracterizariam uma verdadeira “crise apocalíptica”.

A chamada “lenda dos terrores do ano mil”, desenvolvida pelos historiadores franceses entre 1830 e 1870, encontrou em Raul um de seus “testemunhos” de primeiro plano. Ela ascende na cultura histórica junto com o prestígio de Michelet e dos historiadores românticos. No entanto, foi no século XVI que referências a fenômenos catastróficos nos documentos passam a ser associadas ao ano mil<sup>9</sup> e a temores escatológicos e/ou milenaristas. Essa interpretação dos relatos de infelicidades medievais aparece pela primeira vez na obra de João Trithem (1462-1516), abade de Sponheim, que explica esses “temores” pela conjunção entre a difusão de ideias milenaristas e catástrofes naturais<sup>10</sup>. Depois dele, aparece a obra *Annales ecclesiastici* (1598) do cardeal César Baronius (1538-1607) que, sendo membro da hierarquia eclesiástica como Trithem, é firmemente agostiniano, ou seja, defende a posição da igreja de recusa da tese milenarista. Dessa forma, o milenarismo que ele “identifica” nas fontes é entendido como resultado da ignorância e da ação diabólica sobre os humildes, ou seja, aqueles alheios aos preciosismos do conhecimento do clero erudito. Deve-se a Baronius o estabelecimento de dois passos de grande importância e de longuíssima posteridade no estabelecimento da “lenda dos terrores do ano mil”: a organização de um dossiê que associava numa mesma interpretação e utilizava como documentação comprobatória complementar as obras de Abbon de Fleury, Sigeberto de Gembloux e Raul Glaber e o destaque ao trecho em que Raul relata que depois do ano mil da Encarnação a cristandade se cobriu de “branca veste de igrejas” (III, 13). Baronius interpretava esse trecho das *Histórias* como manifestação da diminuição dos temores de um iminente reinado do Antecristo. Sua obra se tornou referência para os autores dos séculos XVII ao XIX que veicularam a tese dos terrores do ano mil.

Esses autores dos séculos XVI e XVII foram pouco lidos em seu tempo e a dimensão notável de seus escritos se manifesta por meio de sua leitura pelos historiadores românticos a partir de 1830. Se em Baronius, um importante contrarreformista, o “milenarismo medieval” à alba do ano mil era uma forma de denunciar a credulidade ignorante dos humildes responsáveis pelos erros da Reforma em seu tempo, entre os românticos republicanos este promoveu a

---

<sup>9</sup> Com base nessa associação, muitos documentos foram tidos como escritos nos arredores do ano mil por tratarem de eventos funestos que podiam ser associados pelos historiadores, a sinais do final dos tempos.

<sup>10</sup> GOUGUENHEIM, Sylvain. *Les fausses terreurs de l'an mil*. Paris: Picard, 1999, p. 27.

denúncia da cupidez de uma Igreja interessada em explorar as convicções escatológicas do povo, o que eles viam comprovado na documentação pelo afluxo crescente de doações pias nos arredores do ano mil. Assim, os românticos criaram a imagem de uma sociedade paralisada pelos “terrores” escatológicos manipulados em favor do enriquecimento material dos clérigos. Cedo, os historiadores ditos metódicos se opuseram a essas teses, baseados na absoluta ausência dos “medos do ano mil” nos documentos. Nisso foram coadjuvados pelos escritores eclesiásticos interessados em refutar as acusações feitas à Igreja. Ferdinand Lot (1866-1952) foi aquele que contestou de forma mais incisiva a fórmula historiográfica que entendia o registro de infelicidades e fenômenos extraordinários tais como fomes, canibalismo, cometas, terremotos, eclipses como registro de sinais apocalípticos ligados a temores e expectativas do final dos tempos por volta do ano mil. Os argumentos de Lot, ainda válidos, afirmavam que poucos tinham conhecimento do ano em curso; que a maior parte dos textos não permitia falar em medos e terrores milenaristas, nem descreviam fenômenos de pânico. Segundo Lot, nem as crônicas nem os diplomas permitiam falar em inquietações escatológicas. Notava em particular que a fórmula do prólogo das cartas de doação do gênero *appropinquante fine mundi* (aproximando-se o fim do mundo) eram estabelecidos pelos monges beneficiários dos bens e não por seus doadores. Por sua vez, nada justificava a associação desses prólogos – presentes em diferentes épocas – ao ano mil ou a terrores generalizados.

A antiga tese dos terrores do ano mil foi parcialmente revitalizada por Georges Duby em *L'An mil* aparecido em 1967. Nessa obra, era feita a defesa da tese não mais dos “terrores”, porém de uma “inquietação difusa” gerada pela espera do fim do mundo. Essa proposta deslocava o problema e lhe dava uma dimensão social mais ampla. Mudanças que afetariam globalmente a sociedade teriam reunido seus diversos segmentos em torno de expectativas escatológicas. Sua afirmação do otimismo que se seguiu ao ano mil, no entanto, atenuava o efeito paralisante dessa espera tal como a viam os românticos. Duby identifica entre os anos 980 e 1020 indícios de uma espera escatológica provocada pela mutação ou revolução feudal, que representa uma ruptura seguida por uma revitalização geral da sociedade. Essa reorientação da tese permitiu sua adoção pelo conjunto dos historiadores franceses da época.<sup>11</sup> Raul Glaber tem uma importância capital no desenvolvimento da visão que Duby faz da tese dos “terrores do ano mil”, em especial por meio da hipervalorização do parágrafo 13 do livro III. Reproduzimos o parágrafo inteiro a partir da tradução de Mathieu Arnoux: “Ao aproximar-se o terceiro ano depois do ano mil, em quase toda a terra, sobretudo na Itália e nas Gálias, começaram a reconstruir igrejas.

---

<sup>11</sup> GOUGUENHEIM, Sylvain. *Les fausses terreurs de l'an mil*. Paris: Picard, 1999, p.23-63.

Ainda que elas estivessem em bom estado e isso não fosse necessário, viu-se porém, o povo cristão inteiro rivalisar entre si pela possessão de igrejas mais belas, e foi como se o mundo todo, sacudindo os andrajos da velhice, se cobrisse por completo com branca veste de igrejas. Então, por iniciativa dos fiéis, foram reconstruídas mais belas quase todas as igrejas, das catedrais aos mosteiros, dedicadas aos diversos santos, até os menores oratórios das aldeias.”<sup>12</sup>

A reconsideração do texto das *Histórias* hoje deve ter como ponto de partida ao menos dois elementos: o quadro analítico em que a obra se projetou: os “terrores do ano mil”, segundo as “escolas teóricas” que os discutiram e os recortes impostos à sua leitura. Estes deixaram o legado de uma forma particular de ler as *Histórias* que colocaram na sombra as chaves de leitura informadas pelo próprio Raul. Não apenas o ano mil e as infelicidades narradas nas *Histórias* nada têm a ver com esperas escatológicas de caráter iminente, como os trechos em que essas calamidades e eventos excepcionais aparecem - embora importantes na lógica geral do texto - não têm centralidade autônoma, dependendo de outros elementos dos quais trataremos mais adiante. A leitura das *Histórias* foi por muito tempo sobredeterminada pela hipervalorização de dois pequenos trechos que tratam da reedificação de igrejas, já mencionado, (III, 13), e da grande fome (IV, 10), acontecidas respectivamente, segundo Raul, em 1003 e 1033.

A tesa da “revolução” ou “mutação feudal” se distingue daquelas do século XIX por preconizar uma mudança social e política catastrófica situada entre 990 e 1040 que teria, por meio da violência, estabelecido o poderio emancipado do senhorio castelão, representado pela ascensão de uma nova classe de guerreiros de origem sub-nobiliárquica. Estes disseminariam o terror por meio das lutas endêmicas e das violências para o controle do campestre e suas terras, classe que até então havia sido fundamentalmente alodial.<sup>13</sup> A qualificação anárquica atribuída a esse quadro por alguns historiadores pretende colocar em evidência o antagonismo entre as formas políticas

---

<sup>12</sup> *Igitur infra supradictum millesimum tercio iam fere imminente anno contigit in universopene terrarum orbe, precipue tamen in Italia et in Galliis, innovari ecclesiarum basilicas; licet plereque decenter locate minime indignisset, emulabatur tamn queque gens Christicolarum adversus alteram decentiore frui. Erat enim instar ac si mundus ipse, excutiendo semet, reiecta vetustate, passim candidam ecclesiarum vestem indueret. Tunc denique episcopalium sedium ecclesias pene universas et cetera queque diversorum sanctorummonasteria seu minora villarum oratoria in meliora quique permutavere fideles.*

<sup>13</sup> Já se vão trinta anos que o marxista Alain Guerreau (*O feudalismo. Um horizonte teórico*. Lisboa, 70, s/d) questionou a centralidade econômica dos *mansi* campestres transferindo-a ao senhorio e sua capacidade de articular por meio das trocas guerreiras o conjunto destas unidades referenciais de poder. Em um sistema em que o comércio lhe é a partir de um certo ponto ideal, - aquele satisfeito pelas trocas derivadas do butim - antagônico, a relevância histórica da base material não poderia decorrer das pequenas unidades de produção mas das grandes unidades, representadas, em decorrência do que foi dito, não pela capacidade de apropriação da produção campestre mas pela representação que realiza da transferência de poder.

medievais – ou sua ausência – e o Estado moderno. O que mais nos interessa aqui é o fato de que, segundo essas teses, a mudança social abrupta e a violência endêmica que caracterizam a implantação do feudalismo dá força, por um lado, à tese dos terrores do ano mil e, por outro, explica o movimento da Paz de Deus como resposta à “desordem”. Embora Georges Duby não possa ser considerado um mutacionista, sua tese de doutorado sobre o Mâconnais é a primeira a descrever uma mudança concentrada entre 980 e 1030, contrariando as teses da longa transformação, dominantes no século XIX, que, por vezes, atribuem a esse processo a duração de cinco séculos. Embora o teor dessa mudança se altere ao longo da obra de Duby, ela ocupa importante lugar mediador, ao articular a transformação da aristocracia, a espera escatológica e a Paz de Deus. Não por acaso o nome de Raul Glaber evoca facilmente a obra de Duby. Assim, ao lado dos dois trechos acima mencionados da obra de Raul, Duby deu força a mais um recorte interpretativo. Este toma as *Histórias* como registro privilegiado da Paz de Deus e da associação do movimento às mudanças dos anos 980-1030 e a temores escatológicos. Os capítulos 14 a 16 do quarto livro e 15 e 16 do quinto livro, que tratam respectivamente da Paz e da Trégua de Deus, e os capítulos 13 do terceiro livro e 10 do quarto livro, que tratam da reconstrução e reforma dos edifícios eclesiásticos e da grande fome, passaram, por força da atividade historiográfica, a constituir uma unidade a partir da qual se passou a dar um sentido geral às *Histórias* de Raul Glaber. Isso acontecia a despeito da totalidade da obra e à revelia do plano descrito pelo próprio autor.

Os terrores do ano mil e a mutação feudal são de tal maneira teses que se serviram de Raul, que criticar a leitura que se tem feito deste autor significa afetar igualmente seu fundamento. Em comum, as duas teses têm o fato de defenderem rupturas produzidas internamente por fatores mentais, no primeiro caso, e políticos e/ou econômicos no segundo, que mantêm a Idade Média num isolamento – ainda uma idade intermediária, descolada das demais eras históricas tal como proposto pelo século XVI – que realiza sob medida, a defesa da excelência do sistema político moderno. Tais inflexões bruscas arrastam a representação da Idade Média para a tendência permanente à perturbação “anárquica” manifesta nas reações irracionais – entenda-se, desprovidas de racionalidade política moderna - da aristocracia guerreira.

A partir do que foi dito, é necessário realizar dois movimentos: observar como as *Histórias* se situam de fato em relação às teses que orientaram sua análise e quais as chaves de leitura que Raul indica para seu texto. As considerações acima não pretendem ser uma censura ao método que toma parte de um documento em favor do estudo de problemática específica. Pretende sim apontar os efeitos de mais de um século de leitura das *Histórias* a partir das mesmas questões e também a necessidade de retorno ao documento.

No plano da discussão da relevância documental – afinal os historiadores tiram das recorrências apoio argumentativo fundamental, é preciso lembrar que as *Histórias* são conhecidas apenas por intermédio do manuscrito elaborado pelo próprio de Raul - cujo caráter autógrafo foi reconhecido somente em 1983 por Marie-Cécile Garand - e mais duas cópias medievais. Além disso, a obra do clunicense é citada apenas duas vezes durante a Idade Média: na *Chronique des sires d'Amboise* e na *Crônica de Verdun ou de Flavigny (Chronicon Viridunense seu Flaviniacense)* de Hugo de Flavigny<sup>14</sup>. Esse fato coloca um problema de método importante: qual a relevância informativa do texto? De que maneira é porta-voz de uma experiência social significativa? Enfim, em que medida essa documentação tão pouco frequentada no período está à altura das responsabilidades explicativas que lhe foram atribuídas? Considerando a crise que hoje envolve o plano historiográfico que projetou as *Histórias*, que importância podemos atribuir hoje a esse documento aparentemente isolado?<sup>15</sup>

O segundo dado de singularidade das *Histórias* de que gostaríamos de tratar vem das condições e ambiente de sua composição. Trata-se de texto pouco difundido e citado, mas a relevância de um documento não resulta apenas disso. Os critérios de análise da autoria ficcional contemporânea valorizam a marca da subjetividade do autor. Na escrita da história, espera-se, no entanto, seu afastamento em relação à própria narrativa. O texto de história medieval, por sua vez, acomoda elementos de uma teoria da história vinculada à fé, que atribuiríamos facilmente ao campo ficcional, tal qual o concebemos modernamente. Ainda mais marcante é o fato de que a história aí tem critérios de objetividade que não apenas permitem mas exigem que o texto se faça

---

<sup>14</sup> Hugo de Flavigny, em cuja crônica encontramos uma das duas citações medievais à obra de Raul (*MGH, SS*, t.8, 1848, p.288-502), fizera profissão no mosteiro beneditino de Saint-Vaine de Verdun de onde foi expulso devido a sua ligação com Gregório VII. Refugia-se então em Saint-Benigne de Dijon – por onde Raul havia passado - até ser nomeado abade de Flavigny em 1096 apoiado pelo bispo de Autun. Expulso pelo sucessor deste em 1099 e reabilitado em 1100, é novamente expulso em 1101. Assim encontramos este gregoriano em 1104 na Lorena – sua terra natal – finalmente aderindo ao partido imperial. Sua crônica que começa com a era cristã e termina em 1102 provavelmente foi escrita sob os auspícios de seus antigos partidários gregorianos. Do ponto de vista reformista, a obra de Raul pode ter tido interesse para Hugo.

<sup>15</sup> Não apenas as *Histórias* foram pouco divulgadas em seu tempo. A outra obra de Raul, a *Vita domni Willelmi*, é conhecida por meio de um único manuscrito medieval. A história da obra de Raul é um exemplo veemente dos campos ainda abertos ao trabalho dos medievalistas, se tomarmos em conta apenas o retorno aos manuscritos. Já citamos a descoberta recente da condição autógrafa do manuscrito de Paris. O manuscrito da *Vita domni Willermi* – importante por princípio tendo em vista a eminência do biografado – voltou a ser consultado diretamente pelos estudiosos apenas em 1973 depois da edição preparada por Neithard Bulst. Antes disso, os historiadores se contentavam em utilizar quatro cópias produzidas no século XVIII!

dependente das relações sociais correntes do autor. A dedicatória de Raul não comunica apenas uma homenagem ao abade de Cluny, ela documenta uma relação genética entre o abade e a obra. O primeiro parágrafo é claro ao apresentar o texto como resultado de pedidos e exortações feitas pelo abade de Cluny e outros monges. Tais solicitações nada tinham de gerais, partiam de um prognóstico, a falta de textos por meio dos quais fossem transmitidos à posteridade os eventos memoráveis. O programa dessa narrativa obedece a particularidades. O que se solicita ao monge é um texto em concordância com as demandas dos solicitantes. Por isso, as relações de Raul são importantes para nós. Enquanto seus predecessores, Beda e Paulo Diácono, escreveram sobre seus povos e regiões, a história de sua nação e pátria, o projeto do qual Raul é executor refere-se tanto ao “mundo romano” quanto às “regiões de além-mar” e “províncias bárbaras” (I, 1). História que podemos chamar de universal porque pretende discernir o sentido de um concerto que se quer pertinente a todos. Esta, enquanto narrativa, por sua vez, é resultado da interação entre o autor Raul e seu público, no caso, os beneditinos reformados por Cluny. Dizemos “beneditinos reformados por Cluny” e não simplesmente “cluniacenses”, lembrando que Raul nunca fez parte da comunidade cluniacense embora tenha circulado durante toda sua vida entre casas reformadas por Cluny. Essas adotavam seus costumes sem terem se submetido juridicamente a seu abade. Do ponto de vista da associação religiosa, é esse quadro cluniacense-borguinhão que serve de ambiente para a reflexão de Raul sobre “as histórias”.

Mathieu Arnoux, em sua excelente apresentação da edição das *Histórias*, vê na dedicatória a Odilon de Cluny uma contradição de Raul Glaber tendo em vista o relato do capítulo XIII da *Vita domni Willelmi* em que declara que elas haviam sido iniciadas a pedido de Guilherme de Volpiano. Esse capítulo da *Vita* conta mais precisamente o episódio da visão em que Guilherme de Volpiano pede a Raul que retome a escrita das *Histórias*. Este documenta o compromisso de Raul primeiramente com seu abade e não uma contradição. A referência sugere, por outro lado, que sejam observadas as relações entre Odilon e Guilherme de Volpiano e, por meio delas, a obra de Raul. Sem dúvida, Guilherme é a figura capital para compreendermos melhor as razões do texto. Foi durante a convivência com ele, em respeito à sua autoridade, que as *Histórias*, a crer-se no registro que faz Raul, foram iniciadas e concluídas: “Tomo como testemunho a caridade, sua mãe e das virtudes: um dia quando tinha faltas a reprovar devido à minha conduta, neste momento, sentindo-o tornar-se amargo, me retirei para um outro mosteiro, que não estava submetido a sua autoridade. E enquanto permanecia lá, me pareceu vê-lo uma noite em pé junto a mim, com ar sereno, me acariciando a cabeça dizendo: ‘Eu te peço, não me deixes, se teu amor por mim não era fingido: tudo o que desejo, é que trabalhes sem descanso no que prometestes fazer’. Com efeito, sob sua ordem [*Ipsus*

*nanque imperio*] eu tinha já escrito a maior parte do relato dos eventos e prodígios [*euentuum ac prodigiorum*] que aconteceram perto do ano mil da Encarnação do Senhor e mais tarde [*que circa et infra incarnati saluatoris annum contingere millesimum, descripseram*]. Tal me levou também a inflectir em direção à causa do presente trabalho.”<sup>16</sup>

Se, para a escrita das *Histórias*, a ordem de Guilherme de Volpiano foi determinante, esta corresponde igualmente, ao compromisso com um segmento do monasticismo. Devemos nos ater ao que existe em comum entre este grupo, Raul e sobretudo Guilherme de Volpiano, bem como às relações deste com Odilon de Cluny. O prefácio das *Histórias* e a visão descrita no capítulo XIII da *Vita domni Willelmi* não são contraditórios, mas orientam o leitor no sentido do ambiente sob cuja influência Raul compôs o conjunto de sua obra. Mesmo que Raul nunca tenha passado por Cluny – deve-se a Ernest Petit a ideia de fortuna, embora não documentada, de que ele tivesse aí residido entre 1030/1031 e 1035 - seria absurdo contar com o confinamento dos ideais cluniacenses.

A argumentação de Arnoux em favor da tese do conflito entre Raul e Odilon prossegue por meio do destaque no texto das *Histórias* de manifestações de crítica e distanciamento em relação à concepção de reforma monástica do abade cluniacense. De nosso ponto de vista, essas duas considerações estão apenas em parte corretas. Que o texto das *Histórias* não defenda a prática reformista de Odilon não significa sua recusa à reforma cluniacense ou ao ambiente político ao qual pertencia o abade de Cluny.

Os autores apontam mudanças importantes entre o abaciado de Maieul (954-994) e o de Odilon (994-1049). Tanto Maieul, originário da aristocracia provençal, quanto Odilon, oriundo da família condal do Auvergne, haviam tido uma experiência como clérigos seculares. Maieul levava a reforma cluniacense para a Provença e a Itália. Sua relação com os bispados é conflituosa tendo em vista sua insistência em evitar qualquer direito sobre os mosteiros daqueles que os entregavam para reforma. Durante o abaciado de Odilon, a reforma que era uma missão pessoal do abade passa a ser delegada às casas já reformadas organizadas em priorados juridicamente ligados a Cluny, comunidade que constitui a *ecclesia cluniacensis*. Os privilégios de Cluny avançam sendo o mais importante deles a isenção do poder episcopal concedida em 998 pelo papa, transformando Cluny em santuário autônomo. Em 1024, são proibidas as sanções eclesiásticas contra Cluny e, em 1031, o dia 02 de novembro se estabelece como a festa de todos os santos fortalecendo a liturgia cluniacense e seu poder de atração e aliança com a aristocracia sequiosa de obter prestígio e socorro *post mortem* através de dons para as igrejas.

---

<sup>16</sup> *Vita domni Willelmi*, XIII

Guilherme de Volpiano fora próximo aos dois abades. Segundo sua vida, ele se “convertera” à Cluny por exortação de Maieul. Da mesma forma, Guilherme teria sido responsável pela conversão de Odilon à vida monástica. Se existem diferenças entre as concepções de Igreja e de reforma de Guilherme, Raul e Odilon, elas não impedem necessariamente relações positivas entre eles. Não é possível ir muito longe no conhecimento da posição de Raul a respeito das isenções, que constituiriam um ponto de discordância fundamental entre Raul e Odilon de Cluny. Esse problema relacionado à autoridade dos bispos é parcialmente observável a partir da maneira como Raul a eles se refere. Nas *Histórias*, não existe conflito de atribuições entre bispos e abades. Eles ocupam lugares específicos. Aos monges é reservada a excelência espiritual e aos sacerdotes a autoridade pastoral. Em termos de autoridade pública, a primazia é dos bispos. Se há divergências, é preciso lembrar que há também convergências. A reforma para Raul diz respeito, no domínio monástico, ao retorno à observância estrita da regra beneditina e ao desenvolvimento litúrgico em especial no que toca à prática sacramental. Defende também a reforma dos costumes de todo o clero, primeiramente baseada no combate à simonia. As semelhanças com o programa gregoriano desenvolvido a partir de meados do século XI não é coincidência. Foi aí que os gregorianos buscaram inspiração e é do meio reformista monástico que saíram seus principais representantes. No entanto, uma diferença importante se impõe. No momento, reis, imperadores e outros grandes são ao lado dos sacerdotes, executores da reforma. E é a eles, ao lado dos bispos e não aos monges, que Raul reserva um lugar determinante no plano que considera propriamente histórico.

A distância entre as duas reformas pode parecer pequena. No entanto, proporcionar bem as diferenças entre elas é condição fundamental para o entendimento de duas eras distintas da Idade Média. Em linhas gerais, podemos dizer que o sucesso da reforma gregoriana foi tão profundo e duradouro que temos dificuldade em perceber seus fatos como construção. Realizada pela reforma gregoriana, a separação entre leigos e religiosos do ponto de vista de seus bens, corpos, espaços mas também gestos e campos de ação (o político e o religioso, o comum e o íntimo, o espiritual e o material) parece tão natural que hoje qualquer quadro que pareça abalar essas fronteiras suscita de imediato a indignação de ateus a devotos. A reforma à qual Raul se encontra associado vê com dificuldade a exclusão dos grandes dos assuntos religiosos. A estratégia gregoriana iria mais longe do que queriam os reformistas aos quais Raul estava ligado. Por meio do combate ao nicolaísmo, acabaria por normatizar amplamente o casamento e o parentesco ao longo do século XII, afetando de forma eficaz as relações tradicionais da aristocracia laica. A cristandade de Raul é, assim, substancialmente diferente da gregoriana, mas também distinta da cluniacense naquilo em que as novidades do tempo de

Odilon ameaçam colocar em causa a autoridade dos bispos e a autonomia jurídica dos mosteiros.

A *Vita domni Willelmi* foi composta com o objetivo de defender a santidade do abade de Saint-Bénigne de Dijon. Dessa maneira, ocupa-se de apresentar dados que comprovem sua excepcionalidade cristã. Entre os milagres, gestos de desprendimento e generosidade, superioridade moral, visões, perseguições, amplitude de sua reputação e demais elementos apropriados à intenção de estabelecer um texto hagiográfico. No entanto, os sinais de santidade de Guilherme não rivalizam com sua atuação reformadora. A descrição esparsa e imprecisa dos milagres ganha ainda mais relevo diante da precisão com que são narrados os atos reformistas. Segundo Raul, Guilherme realizou a reforma de mais de quarenta casas religiosas. Sua atividade de reformador começa pelo contato com o abade Maieul de Cluny, “o mais santo dos mosteiros” (capítulo V). Essa mudança realizaria um antigo desejo de Guilherme: encontrar um lugar onde pudesse “servir com maior ardor o preceitos da regra” (capítulo IV). A proximidade entre Maieul e Guilherme é descrita de forma semelhante àquela que vai se estabelecer mais tarde entre este e Odilon. Convertido por Guilherme à vida monástica, este antigo cônego proveniente de Saint-Julien de Brioude, sucederá a Maieul. Por obra de seus objetivos, a hagiografia recobre necessariamente apenas parte destas relações que são melhor reveladas por um texto de caráter diverso, como as *Histórias*. A defesa da santidade de Guilherme edifica ao mesmo tempo aquela da reforma eclesiástica tal qual realizada por ele.

Como afirma mais de uma vez, a Raul Glaber interessam os acontecimentos que se deram “tanto nas igrejas de Deus quanto entre os povos” (I, 1). Sua obra mostra que não se trata de avaliar separadamente estas duas esferas, mas de entendê-las como as partes fundamentais de uma mesma unidade. Juntas, elas constituem o campo da história social escrita por Raul. Seus atores são variados, o que coloca Raul distante do que se poderia chamar de uma história eclesiástica.

Nascido em San Giulio d’Orta, na diocese de Ivree, com sete anos Guilherme de Volpiano foi internado no mosteiro de Lucedio na diocese de Verceil. O encontro com Maieul de Cluny, segundo Raul, o eleva à condição de reformador. Na *Vita domni Willelmi*, a razão da escolha de Guilherme de Volpiano por Maieul para a instrução espiritual do mosteiro de Saint-Saturnin sur le Rhône (987) é sua obediência tanto a seu abade quanto à regra religiosa e aos costumes que professa. Em seguida, lhe é entregue para reforma Saint-Bénigne de Dijon (989-990) casa da qual se torna abade por toda a vida. As relações familiares e de aliança de Guilherme, de amplitudes diversas, certamente não deixaram de ser decisivas nessas escolhas. Não se sabe quando exatamente aconteceu a aproximação entre Raul Glaber e Guilherme de

Volpiano. Tem-se a certeza apenas de que isso aconteceu antes de 30 de outubro de 1016, quando são encontrados juntos em Saint-Bénigne de Dijon.

Perinza, mãe de Guilherme de Volpiano, pertencia à alta nobreza lombarda, sendo aparentada de Berengário II, marquês de Ivree, coroado rei da Itália, após a morte de Lotário, filho de Hugo de Arles. Seu coroamento, no entanto, lhe valeu um conflito com Oto, rei da Alemanha, que se casa com Adelaide, a viúva de Lotário e vem armado a seu encontro. Vencedor, Oto confia a Berengário o governo da Itália (952). Uma vez que este passa a dar sinais de querer tornar-se novamente autônomo, Oto volta em 961 a invadir a Itália. Nesse momento, era o ano de 962, nasce Guilherme de Volpiano, segundo Raul, anunciando a paz e consolidando-a por meio das águas batismais. Os familiares e aliados vencidos do marquês de Ivree oferecem o pequeno Guilherme em batismo a Adelaide e Oto - já então sagrado imperador por João XII. Esse batismo dá a dimensão da importância da família de Guilherme de Volpiano e explica em parte sua desenvoltura na relação com os poderosos de seu tempo.

Guilherme permaneceu ligado à essa rica rede de poderes locais durante toda sua vida. A reforma de Saint-Bénigne de Dijon (989-990) mostra bem como as ações que entendemos como políticas e religiosas estão imbricadas e pouco têm de gestos isolados de piedade, sem, no entanto, se desvincular do conteúdo propriamente espiritual. A reforma de Saint-Bénigne foi planejada por Odilon juntamente com Bruno de Roucy, bispo de Langres, que detinha a abadia como possessão própria e o conde do Mâcon, Oto-Guilherme. Este último era filho de Gerberga com Adalberto II, filho de Berengário II, duque de Ivree, parente de Guilherme de Volpiano. Oto-Guilherme chegara a Duque da Borgonha por herança, legada por Henrique da Borgonha - irmão de Hugo Capeto, rei da França - segundo marido de sua mãe Gerberga. Oto-Guilherme também era aparentado ao Bispo de Langres por meio do casamento com sua irmã Ermentrude de Roucy, viúva do conde Aubri II do Mâcon. Por fim, ele era *avoué* do mosteiro de Cluny! O nome de Guilherme de Volpiano para a reforma de Saint-Bénigne foi escolha política de grande importância<sup>17</sup> que visava beneficiar um grupo de poderosos regionais associados pelo sangue, pela aliança e por uma concepção comum das relações entre poder leigo e eclesiástico. A fidelidade de Guilherme a esse grupo fica patente quando o rei da França, Roberto, o Piedoso, reivindica para si o título ducal, contestando a sucessão de Oto-Guilherme ao ducado da Borgonha (1002). Guilherme de Volpiano não apoia o rei da França no episódio e provavelmente por isso perde, no ano seguinte, o abaciado de La Réome. Em 1001, Guilherme de Volpiano realiza a

---

<sup>17</sup> A escolha provavelmente foi do Bispo de Langres do qual Guilherme recebeu ordens sacerdotais ao assumir Saint-Bénigne de Dijon. Guilherme recebeu dele também, mais tarde, o mosteiro de Moutier Saint-Jean.

reforma da abadia de Fécamp na Normandia a pedido do duque Ricardo II. Por meio da restauração do monaquismo, o duque procede a uma política de consolidação de seus domínios. Estratégia iniciada por seu pai Ricardo I que restabeleceu o episcopado por toda a província e tentara, sem sucesso, atrair Maieul de Cluny. Também iniciara uma política de alianças com os robertianos. Em comum esses grupos têm o interesse pela reforma da Igreja, numa concepção pré-gregoriana, ou seja, sob o controle de reis e imperadores. Desse universo de experiências, valores, relações e da teologia aprendida da escola carolíngia de Auxerre, Raul se serve para escrever suas *Histórias*.

Mesmo que a hipótese de John France de que Raul teria secretariado Guilherme de Volpiano esteja errada,<sup>18</sup> é certo que esteve sob a obediência de Saint-Bénigne de Dijon a maior parte do decênio de 1020-1030, certamente viajando ao lado deste que, como abade e tutor de uma trintena de casas disseminadas entre o Piemonte (Fruttuaria), a Borgonha (Dijon, Bèze), a Normandia (Fécamp, Bernay, Mont-Saint-Michel) e a Lorena (Saint-Arnoul de Metz et Saint-Èvre de Toul), era, segundo Mathieu Arnoux, “um dos homens mais bem informados de seu tempo”<sup>19</sup>. A erudição estabeleceu que as *Histórias* foram escritas em Auxerre e Dijon entre 1016 e 1047, ou seja, a partir do momento em que se acredita começaram as relações entre Raul e Guilherme de Volpiano. Uma primeira versão teria sido produzida antes da morte de Guilherme (1031) e interrompida para a composição de sua vida. Por volta de 1040, uma nova versão do livro I aparece, dedicada a Odilon, e o capítulo IV é concluído. Apenas a partir de 1046, o livro V passa a ser composto. Guilherme de Volpiano e a ligação de Glaber à Borgonha e à Cluny merecem atenção no estabelecimento da importância de sua obra. Esta deve atentar à sua ligação a um ambiente carregado de ideias bem estabelecidas tanto em meio laico quanto eclesiástico, a respeito da sociedade e envolvido em processos de importância multirregional.

Cumpra a Raul honrar, por meio de seus escritos, a compromissos simultaneamente religiosos e políticos. A aparição milagrosa de Guilherme de Volpiano à sua cabeceira dramatiza a importância da missão do escritor. O plano histórico estabelecido por Raul valoriza as relações de parentesco e aliança entre os grandes, afirmando-as como fator de coesão social. O acesso a esse ambiente dos poderosos regionais permite que Raul seja tão bem informado sobre acontecimentos de seu tempo e um intérprete refinado de seus desdobramentos. Dois momentos particularmente penetrantes da análise do

---

<sup>18</sup> FRANCE, John. (ed.) « Rodulfi Glabri Historiarum libri quinque ». *Rodulfus Galber Opera*. Ed. FRANCE, John e BULST, N., Oxford, 1989, p.lxvi-lxviii.

<sup>19</sup> RAOUL GLABER. *Histoires*. Edição bilingue e tradução de Mathieu Arnoux. Turnhout: Brepols, 1996, p.9.

monge borginhão se destacam<sup>20</sup>. Raul descreve tanto normandos quanto húngaros já perfeitamente integrados ao circuito das relações cristã-ocidentais. Nesse momento, ele é o único cronista a ter consciência de que as invasões viquingues haviam chegado ao fim. O encerramento das histórias é marcante. Ele mostra tanto a rapidez quanto a qualidade das informações que chegam a Raul bem como a pertinência de sua escolha dos acontecimentos. As últimas linhas do texto saúdam a interferência do imperador Henrique III (1039-1056) que estabelece Gregório VI (1045-1046) na Sé romana. O otimismo se deve muito provavelmente ao fato de um papa simoníaco ter sido substituído por um reformador dedicado. Os eventos posteriores à morte de Raul confirmam sua análise positiva dos eventos. Embora Gregório VI tenha sido deposto em 1046 pelo Sínodo de Roma reunido pelo imperador e junto com ele os outros papas reconhecidos então, Bento IX (1032-1046) e Silvestre III (1045-1046), estes serão seguidos por Clemente II (1046-1047) que dá origem a uma sequência de papas reformistas a começar por seu próximo, Leão IX (1049-1054). Mais tarde se tornará papa o capelão de Gregório VI, que o acompanhou em seu exílio em Colônia, Hildebrando, sob o nome de Gregório VII (1073-1085). O advento de Gregório VI tem de fato grande importância histórica. A escolha de um papa reformista e o combate antissimoníaco, levado a cabo pelo imperador, significava que a reforma havia dado um passo a mais em Roma, o que agradara a Raul. No entanto, os desdobramentos futuros da reforma, sua concentração nas mãos do papado e a formação de blocos reformistas antagônicos ligados, por um lado, ao imperador e, por outro, à curia romana, certamente não estava entre suas melhores expectativas. De certo ponto de vista, a ação de Henrique III, notada positivamente por Raul, foi o primeiro movimento da Reforma Gregoriana.

Tendo em vista o quadro social a que estão ligadas, não podemos dizer que as *Histórias* sejam obra de pequena importância. As *Histórias* foram mal conhecidas mas não as ideias e práticas daqueles que fazem parte de seu plano. Desse ponto de vista, elas iluminam, por meio de um monge bem informado e bem situado, nuances desses grupos e seu papel na defesa de um tipo de sociedade às portas dos abalos gregorianos. A importância da obra não reside na expressividade de sua circulação, mas no registro de um ambiente de grande importância histórica.

## **2.O sentido das “Histórias”**

Raul é um historiador do tempo presente. Suas *Histórias* se concentram no período entre 1010 e 1040 e foram escritas praticamente dentro do mesmo

---

<sup>20</sup> *Ibidem*, p.17-18

espaço de tempo. Elas não levam o leitor a recompor o processo histórico por meio de digressões que partem do Jardim do Éden, nem os acontecimentos se explicam pela interferência do Diabo. O mal sem dúvida existe, mas é representado pelos vícios dos homens, sua falta de zelo contra as fraquezas pessoais que desencadeia eventos reprováveis. Esses males são sanados e corrigidos pela ação conjunta de clérigos e grandes senhores na história. Raul deixa claro que a escolha do ano mil da Encarnação nada deve à descrição dos signos do final do mundo mas ao cruzamento das referências fundamentais da história sagrada com os eventos contemporâneos. No capítulo XIII da *Vita domni Willelmi*, acima citado, o autor esclarece que os eventos dos quais se ocupa são aqueles que se deram perto do ano mil e além, ou seja, os eventos memoráveis de um tempo presente que prossegue. As histórias de Raul falam de fomes, violência guerreira, catástrofes naturais mas alternam esses registros com um otimismo marcante. Nenhum deles motivado por medos escatológicos ou pela confiança em uma solução milenarista da história.

No final do primeiro livro, encontramos uma síntese dessa perspectiva geral dos acontecimentos. Preocupado em explicar por que a divina Providência permitiu que o Evangelho penetrasse nas fronteiras setentrionais e ocidentais, mas o mesmo não se deu de forma tão profunda no Meio-dia e no Oriente, afirma: “Pois assim como na origem o Criador de todo o bem havia feito o ancestral dos homens árbitro de sua própria salvação, da mesma forma o Redentor ofereceu a todos que dela queiram se servir, a salvação. Mas a misteriosa providência Daquela do qual é aquilo que deve ser e do qual nada escapa se revela no espaço e no desenrolar do tempo, única, verdadeira e onipotente, tanto para as obras de piedade como para as justas punições.” (I, 25).<sup>21</sup> A mesma concepção da simultânea positividade e negatividade daquilo que opera no tempo histórico está presente na natureza dos sinais que atingem homens diferentes em locais e tempos diversos: “Meditemos enfim como depois do início do gênero humano se revelou pouco a pouco a ele o conhecimento do Criador...Com efeito, desde a origem, Ele o cumulou de prodígios e de milagres, signos admiráveis da natureza, mas também profecias divinas, portadoras de esperança e temor, chegadas por intermédio de homens excepcionais por seu saber.” (I, 26).<sup>22</sup> O problema da integração dos povos sob o signo da cristandade

---

<sup>21</sup> *Nam, sicut primus hominum pater proprie salutis arbiter a totius boni auctore primitus fuerat constitutos, ita ab eodem redemptore universis pro captu spontanea generaliter oblata est salus. Sed tamen occulta illius dispensatio, cui semper et simul totum quicquid esse habet presto fuit ac cui nil defuit, ostendit spatiatim per incrementa temporum sese omnipotentem, solum bonum atque veracem tam per opera pietatis quam per ultionem vindictae iustae retribuitinis.*

<sup>22</sup> *Suscipiendum etiam quomodo paulatim ab ipso humani generis exordio ipsius auctoris sit manifesta cognitio...Idcirco ab exordio sui divina boni conditoris dispensatione prolata sunt ei prodigiosa rerum miracula ac portentosa elementorum signa necnon et sagacissimorum virorum tam spem quam formidolositatem inculcatura divinitus oracula.*

é simultaneamente histórico e teológico. A afirmação de que a integridade da divina Providência opera de formas diversas segundo o tempo e o espaço, tendo em vista o livre-arbítrio, não nos é estranha. No entanto, inserida no texto de Raul ela legitima uma hierarquia entre os espaços e as “histórias”. Compreende-se melhor assim o tipo particular de história universal proposta pela obra. Desde o início, esta se declara constituída pelo “contar eventos acontecidos nas quatro regiões deste mundo” (I, 1). Essa proposta não é contrariada pelo texto de Raul. Ela é reafirmada sempre, mas a partir de um referencial bem delimitado que mostra o espaço de poder relevante para a história: o reino dos Francos e o Império (entendido por Raul como o reino dos saxões e a Itália). O fato da narrativa se concentrar sobre essas regiões não se opõe ao projeto de uma história universal, mas evidencia os sentidos que o historiador nela identifica<sup>23</sup>. Vê-se, portanto, que a perspectiva que o autor tem do mundo que observa e do qual participa diretamente tem um componente afirmativo importante.

O célebre episódio do concílio de paz em que a multidão erguendo as mãos para os céus entusiasmada grita “Paz! Paz! Paz!” (IV, 16), ao contrário do que por vezes se admitiu, não permite qualquer associação escatológica ou milenarista. Para Raul, “clamavam todos, como para colocar seu selo no acordo concluído a este respeito entre Deus e eles, prometendo que ao final de cinco anos ele seria renovado para confirmar a paz da mesma forma admirável”<sup>24</sup>. O caráter temporário, renovável, extraordinário e, sobretudo, contratual do momento faz o autor estabelecer com precisão que “tudo se passava como durante o antigo grande jubileu mosaico” descrito no capítulo 25 do livro de Levíticos e não conforme Apocalipse 20 ou os sinais do final dos tempos contidos nos Evangelhos. No mundo descrito por Raul, guerra e paz fazem parte de uma mesma dinâmica que não é aquela da decadência, mas a da recomposição num mundo que não conhece o momento exato de seu fim. Por isso mesmo Raul celebra reiteradamente seus reis e imperadores aos quais cabe o papel restaurador. É neles – bem como nos anos sucessivos ao ano mil da Encarnação – que está fundamentada sua cronologia: “Deste lado do mar todos os dois [Roberto, o Piedoso e Henrique II] eram considerados como os mais cristãos e os maiores reis; o primeiro, Henrique, chegou em seguida ao Império

---

<sup>23</sup> Essa perspectiva da história continua viva ainda hoje. Quando se fala em história medieval, ao menos normalmente, se pensa em França, Itália e Alemanha. Quando se trata da história moderna, este é o epicentro dos fenômenos históricos relevantes. A despeito da validade destas perspectivas, é importante se ter em mente nossa absoluta incapacidade para pensar a história fora dessas referências, o que demonstra que a definição do que seja a história é bem mais conservadora do que temos o costume de admitir.

<sup>24</sup> *Unanimiter clamaret, ut esset videlicet signum perpetui pacti de hoc quod sponderant inter se et Deum, in hac tamen ratione ut evoluta quinquennio confirmande pacis gratia id ipsum ab universis in orbe fieret mirum in modum.*

Romano. Também colocamos sua lembrança na origem de nossa cronologia” (I, 1).<sup>25</sup>

Raul reconhece dois sistemas temporais: o das sete idades (I, 26) e o da divina quaternidade (I, 3). O sistema das sete idades, baseado nos sete dias da semana, tem duas partes fundamentais, as seis idades do mundo – Raul identifica o tempo presente à última idade - cada uma delas correspondente a mil anos e a sétima idade, correspondente ao descanso divino e à eternidade. O esquema da divina quaternidade, dominante nas histórias, comporta quatro tempos, todos eles relativos ao mundo terreno que são sucessivamente caracterizados pela sabedoria, temperança, força e justiça. O tempo futuro da eternidade não é contemplado pelo esquema. Em seu lugar, são priorizadas as relações e correspondências no presente entre o mundo terreno e as esferas mais elevadas. Cada época comporta todos os elementos com o predomínio de um grupo particular. Tão importante quanto o grupo de elementos predominantes são as correspondências entre o conjunto dos elementos, que remete à fonte inicial e sua tendência sempre presente, ao repouso: “Através destas evidentes correspondências entre as coisas se cumpre a clara, belíssima e silenciosa revelação de Deus, pois no movimento incessante que se dá entre elas, onde cada uma remete à outra, revelando assim a fonte inicial da qual todas procedem, elas procuram reencontrar Nele o repouso inicial” (I, 3).<sup>26</sup> As duas notações temporais têm entre si diferenças substanciais. Enquanto as sete eras se definem por uma fase terrena e histórica e outra ultraterrena e eterna, os tempos da divina quaternidade aplicam-se apenas ao “nosso mundo”.

Sem negar o papel da Providência, Raul encontra nos argumentos que empresta para compor o “Tratado sobre a essência e as correspondências da divina quaternidade” meios para estabelecer um campo preciso para a reflexão histórica. Nesse sentido, seu tratado tem grande importância para a história da historiografia. O tratado da divina quaternidade permite que Raul, sem deixar de refletir no campo da fé, se desvincule da perspectiva permanente de um tempo que caminha para seu fim. O tratado dá a ele a oportunidade de apresentar uma teoria sobre o caráter específico de cada era: sabedoria, temperança, força e justiça. As categorias quaternárias (os elementos, as virtudes, os Evangelhos, os ensinamentos, os sentidos, os rios do paraíso, os períodos históricos) organizadas em níveis dos mais baixos aos mais elevados qualificam “os tempos do nosso mundo”. Estes, portanto, têm uma qualificação

---

<sup>25</sup> *Isti igitur duo in nostro citramarino orbe tunc christianissimi atque premaximi habebantur, quorum primus, videlicet Heinricus, Romanorum postmundum sumpsit imperium. Idcirco vero illorum memoriale seriei temporum stabilivimus.*

<sup>26</sup> *Ab his igitur evidentissimis complexibus rerum patenter et pulcherrime silenterque predicatur Deus, quoniam dum stabili motu in sese vicissim una portendit alteram, suum principale primordium predicando a quo processerunt, expetunt ut in illo iterum quiescant.*

provida de base material e, dessa forma, encontram-se explicitamente ligados ao mundo objetivo. Nenhuma categoria é dominante isoladamente nem é hegemônica em todas as eras. O conjunto das categorias em correspondência, no entanto, está presente em todas eras o que adensa o plano histórico, uma vez que as eras anteriores não se dissipam, compondo um pano de fundo de anterioridade histórica. Essa teia comum de experiências permite que o historiador interprete com segurança os acontecimentos, não porque estes se repitam mas pelo que têm de comum e que constitui sua natureza. O plano geral do tratado dá à história um sentido intrínseco embora de forma alguma desvinculado das esferas superiores. Raul faz, ao mesmo tempo, história do homem criatura de Deus e história do homem agente histórico, mas o plano da primeira está distante por sua superioridade e, diante do livre-arbítrio, torna-se contingente como governante do processo histórico.

A condição elevada de um dos planos históricos – aquele do qual o texto de Raul se emancipa de maneira evidente –, no entanto, não significa desligamento. Entre eles existe contiguidade. O tratado da divina quaternidade fala de um mundo material que reconhece sua correspondência com as coisas do alto. Essa correspondência é a chave de inteligibilidade histórica que decorre do emprego simultâneo de duas formas de percepção: a do espírito e a do olhar. O resultado último do conhecimento dessas coisas remete à visão não das coisas terrenas, mas de Deus. A teoria das correspondências trata das coisas sensíveis e do mundo do espírito, como correspondentes, em sua capacidade de elevação: “O que é o éter, elemento ígneo, em nosso mundo sensível, é a mesma coisa a sabedoria no mundo do espírito, se elevando sem cessar na esperança de atingir a proximidade de Deus. E o que é o ar no mundo corporal, é também o que é a força, animando os seres vivos e lhes dando o poder na ação. Da mesma maneira, o que faz a água no mundo corporal, a temperança realiza no mundo do espírito: nutriz de toda coisa boa, portadora de grande número de virtudes, salvaguarda a fé pela aspiração ao amor divino. A imagem da terra neste mundo baixo é análoga àquela da justiça no mundo do espírito: aquela de uma permanente, imutável e justa distribuição do espaço”. (I, 2) Embora não exista separação entre o nível das coisas materiais e o das coisas imateriais, mas complementaridade, o plano humano e terreno predomina claramente tanto no tratado da divina quaternidade quanto na narrativa glaberiana: “A estas relações especulativas entre os elementos, as virtudes e os evangelhos, convém também associar o homem, pois a ele elas foram concedidas para estar a seu serviço” (I, 2).<sup>27</sup> Em Raul, o plano da história é fundamentalmente humano.

Raul realiza uma história em que a Igreja é uma instituição de competência espiritual pertinente ao mundo material. Essa forma de conceber a

---

<sup>27</sup> *Quibus etiam speculativis conexionibus, elementorum scilicet ac virtutum Evangeliorumque, ille convenienter sociatur videlicet homo, cuius haec universa concessa sunt obsequio.*

Igreja que Raul partilha com a maior parte de seus contemporâneos explica a maneira como concebe a história. Por meio do tratado da divina quaternidade, ele justifica essa forma de conceber as relações sociais transformada em história. Esta pode ser assim entendida como vinculada ao mundo terreno e manter-se rigorosamente fiel ao protagonismo da Igreja, sem tornar-se história pia. Ainda com relação às relações entre Igreja e mundo material, vale lembrar que o sentido místico do episódio referente à “branca veste de igrejas” (III,13) foi encontrado no texto, pela historiografia. À luz do texto de Raul, este deveria ser associado de forma geral às mudanças sacramentais da época que ampliam o significado litúrgico do edifício eclesial<sup>28</sup>. Encontramos uma explicação mais específica do desenvolvimento do tema do surto de edificações nos parágrafos seguintes ao do episódio. Neles, temos nomeados dois dos participantes dessa restauração arquitetônica geral e suas razões. Ambos permitem associar o surto de edificações tanto ao sucesso da firmeza e pureza dos propósitos regulares quanto às necessidades objetivas: no caso de Hervé, tesoureiro de Saint-Benigne de Dijon, à incumbência do melhor emprego dos fundos do capítulo canônico (III, 14-15) e no de Guilherme de Volpiano o fato de que a antiga igreja de Saint-Benigne de Dijon já não se mantinha de pé (III, 16 e *Vita domni Willelmi*, 8).

A história em Raul aparece emancipada de determinismos bíblicos. As correspondências entre as coisas do mundo e as do alto são mais sutis e se explicam por associações apresentadas no “Tratado sobre a essência e as correspondências da divina quaternidade”. Essas correspondências tornam os eventos inteligíveis ao mesmo tempo em que conferem à história um sentido terreno intrínseco. Essa perspectiva decorre por um lado da visão tradicional que Raul tem das relações entre Igreja e poder secular. Esta é resultante de transformações pontuais atuantes sobre uma base ideológica carolíngia. Raul vê reis e imperadores como fundamentalmente responsáveis pelos destinos da Igreja e esta deles dependente, sendo a Igreja que descreve primeiramente bispal. A ambivalência necessária dos governantes é declarada logo no início das *Histórias* em que Raul também aponta indiretamente o aperfeiçoamento da justiça após os imperadores carolíngios confirmando a teoria das eras da divina quaternidade: “A partir do ano 900 do Verbo encarnado, que cria e dá vida a todas as coisas, até nós, contaremos que os homens mais eminentes no mundo romano, foram os protetores da justiça e da fé católica, como o recolhemos em fontes certas ou conforme vimos nós mesmos” (I, 4).<sup>29</sup> O que temos em Raul é uma história da cristandade cuja expressão é dada não pelo termo Igreja, mas Império, que ele também chama de “mundo romano” (I, 1). A história universal

---

<sup>28</sup> IOGNA-PRAT. Dominique. *La maison Dieu. Une histoire monumentale de l'église au Moyen Age*. Paris: Seuil, 2006.

<sup>29</sup> *Dicturi igitur DCCCCmo incarnati creantis ac vivificantis omnia Verbi ad nos usque, qui claruere viri in Romano videlicet orbe insignes, catholice fidei visuri superfuimus...*

que Raul propõe só é viável na medida em que ele estabelece como critério de universalidade as relações de inclusão ou não na cristandade. Os muçulmanos inquietam e interessam à sua história porque não se conseguiu assimilá-los. Seu potencial individual de sensibilização às virtudes é similar ao cristão, mas isso não é bastante para a conversão de todo um povo. Por outro lado, normandos e húngaros já se encontram incorporados à cristandade. Raul não precisa mais, como Beda e Paulo, Diácono defender especificidades. Ele diagnostica que estas se diluíram numa unidade nova. Sua valorização do quadro imperial permite que tenha precocemente essa concepção que o tira dos imperativos da história e da crônica regional até então imperantes, da necessária defesa da capacidade de inclusão à história cristã que esses grupos precisam defender para fins político-religiosos. Sua visão da história oscila entre o universalismo do império e as relações regionais entre grupos de interesses apoiadas por relações familiares e de aliança.

A história da Criação tal como registrada no Gênesis é irrelevante para os propósitos da narrativa histórica de Raul Glaber. Ela não é reivindicada nem mesmo como referencial cronológico. O tempo da Criação só encontra lugar em sua teoria da história enquanto momento em que se estabelecem os elementos da divina quaternidade cujas correspondências constituem uma ponte entre o mundo tereno e o do alto. Ao invés disso, Raul escolhe como referenciais cronológicos “o segundo ano que seguiu o milênio do Verbo encarnado [que] foi também o primeiro ano de Henrique, rei dos saxões” e “o milésimo ano de nosso Senhor [que] foi também o décimo terceiro de Roberto, rei dos francos” (I, 1). Esses dois reinados aparecem em correspondência, não com a Criação, mas com a Encarnação. Podemos dizer isso face à importância que Raul atribui ao império e à sua origem romana e, em particular a partir de sua configuração franca: “Homens de grande sabedoria e virtude, submeteram à sua dominação povos belicosos que os rodeavam de tal forma que o mundo romano como uma única família se inclinou diante de seus imperadores, e seu Estado se regozijou de tê-los feito seus pais ao invés de como outrora, de glorificarem o medo inspirado por seus imperadores” (I, IV). Segundo a tradição hegemônica, ao menos desde a *História eclesiástica* de Eusébio de Cesaréia, o universalismo romano seria a base prevista pela Providência para a grande e decisiva mudança histórica e social representada pelo aparecimento do cristianismo. A escolha dos reinados de Roberto e Henrique estabelece um quadro analítico: a razão histórica se mostra na observação das grandes personagens, tomadas não em sua singularidade última mas por meio da posição eminente que ocupam e da maneira como o fazem. Roberto, o Piedoso e Henrique II são rei e imperador respectivamente, mas também o poder mais elevado ligado a uma geografia que a história de Raul estabelece como epicentro da cristandade, França, Alemanha e Itália. Assim, Raul pode fazer uma história universal que se

concentra inteiramente “Deste lado do mar [onde] todos os dois eram considerados como os mais cristãos e os maiores reis” (I, 1). O prólogo do livro II (parágrafo 1) desenvolve o problema: “Quando se percorre qualquer região extensa deste mundo, ou a remo se avança sobre o vasto espaço do mar, leva-se frequentemente o olhar em direção ao topo das montanhas ou o cimo das árvores para poder, tendo-se assim as reconhecido de longe, chegar sem erro ao alvo fixado. Se dá o mesmo conosco, quando desejamos revelar à posteridade os fatos esquecidos; em nosso discurso, é em direção à figura dos grandes homens que voltamos nossos olhares e nosso espírito para que graças a eles nosso relato se torne mais claro e pareça mais seguro.” Embora a comparação entre a escrita e a navegação seja uma metáfora bem estabelecida na literatura latina, não podemos deixar de notar que aqui ela aparece explicando uma teoria da história. Esta se revela em seu sentido fundamental na observação dos acontecimentos que envolvem os grandes homens. Diante de sua importância, os sinais se tornam secundários. É a observação dos grandes homens que orienta, na imensidão das experiências, a definição do que é um acontecimento histórico.

É também pela consideração da condição dos grandes – definida por seu lugar e função no mundo e por suas relações com os elementos da divina quaternidade – que deve ser estabelecida a racionalidade do plano histórico. São esses grandes que interessam a Raul e a forma como eles são responsáveis pela manutenção de uma ordem estrutural. Em nenhum momento, o desaparecimento dos carolíngios – a despeito de sua excelência, sobretudo a de Carlos Magno e Luis, o Pio – é entendido como catastrófico ou decisivo. Os títulos reais e imperiais subsistem através de outros e estes são envergados por homens que, quando são os melhores, nada devem em excelência a Carlos Magno e Luís, o Pio. Raul não trata de uma sociedade desorganizada sacudida pela violência descontrolada de um novo grupo social mas de um mundo submetido à mudança no qual cabe aos grandes promover permanentemente a recomposição social – os exemplos mais frequentes são aqueles das guerras internas que dividem e das guerras de conquista que somam novos povos à cristandade, caso dos normandos e húngaros. Essa mudança tem o sentido da convergência que, como descrito no tratado da divina quaternidade, tende ao repouso. Daí de nosso ponto de vista, poder-se qualificá-la de uma história social. Aqueles que viram as *Histórias* como registro da ascensão de uma camada sub-nobiliárquica que termina de arrasar todas as bases do poder tradicional carolíngio, não levaram em consideração seu texto integral, o interpretaram a partir de recortes que desconsideravam seus temas fundamentais e o plano interpretativo delineado no prólogo expandido.

Ao reescrever as *Histórias*, já no final da vida, Raul Glaber acrescentou à elas um quinto livro. Este, segundo os eruditos, romperia o sistema quaternário

proposto pelo tratado teológico composto pelo autor. Os fatos estão comprovados. O plano original das *Histórias* continha mesmo quatro livros. No entanto, é preciso necessariamente ver a inclusão do quinto livro como uma ruptura com o plano original? Os dados biográficos que o autor apresenta no quinto livro foram utilizados para reforçar essa interpretação. Envelhecido, o autor teria se ocupado de uma espécie de resgate de si mesmo. Próximo à morte, teria cedido aos temores individuais, ocupando-se da reflexão sobre a salvação pessoal. Essa explicação nos leva na contramão do que propusemos até agora. Coloca-nos longe do Raul autor, figura esgarçada diante do drama pessoal do desaparecimento. No entanto, parece-nos que o caráter biográfico do quinto livro é questionável. Por um lado, as referências pessoais não são extensas se comparadas ao volume do livro. Por outro lado, elas estão enxertadas num grupo de sonhos e visões que se dão dentro do ambiente monástico, que se destaca pela primeira vez isoladamente na obra, na sequência de episódios que abre o livro V. Os cinco livros realizam um percurso que vai do quadro geral do poder imperial, passando pela realeza e pelos demais homens importantes para o plano da experiência interior. Esta última é representada pelo ambiente monástico. É no ambiente regular reformado que Raul situa o modelo de rigor para a vida espiritual. O Raul que aparece como personagem das *Histórias* não é objeto de uma autobiografia, porém mais um testemunho. Ele já havia se referido à suas fontes: narrativas dignas de confiança em forma escrita ou oral e o registro daquilo que ele mesmo viveu e observou. Sua experiência como monge é mais um documento. O diabo que aparece a Raul e reforçaria a tese de que, no final da vida, a proximidade da morte o tivesse levado a uma espécie de crise mística, na verdade, apenas dramatiza a inquietação interior que o empurrara anos antes para longe do mosteiro em que vivia, expondo a raiz viciosa dessa escolha (V, 2 e 5). Essas visões se inscrevem na materialidade do mundo objetivo, que as histórias valorizam, sendo precisamente inseridas em momentos de vigília e cansaço dos sentidos, pouco antes de soarem as matinas.

A respeito dos milagres e visões, Raul extrai uma consideração importante para sua concepção da relação entre o mundo celeste e plano histórico: “Muitos se perguntam porque, depois do advento da nova lei e da graça, milagres e visões não se manifestam mais como antes. Eles encontrarão a resposta a sua pergunta em algumas passagens da Escritura, com a condição de que possam receber em seu coração os dons do Espírito Santo. O primeiro testemunho vem de Deuterônomo: quando depois de se alimentar durante quarente anos de maná celeste, o povo hebreu, depois de atravessar o Jordão, entrou na terra de Canaã, o maná deixou de chover e os filhos de Israel pararam de se alimentar dele. Qual pode ser o sentido disso, se para nós todo evento é presságio, senão que depois da passagem do Jordão, quer dizer do batismo de

Cristo, nós não devemos mais buscar signos nos céus, e que devemos nos contentar com o pão vivo, que dá àquele que dele se alimenta, viver eternamente e possuir a terra dos vivos?” (V, 10)<sup>30</sup> O que vemos descrito aqui não é o caráter cíclico dos fenômenos históricos, mas a natureza das relações quaternárias, que constituem numa enorme riqueza de variação, o fundamento unitário dos acontecimentos e da inteligibilidade histórica. Pode-se compreender a história porque ela tem um fundamento invisível reconhecível construído não por leis mas por significados (sabedoria, temperança, força e justiça). A diminuição dos milagres e visões qualifica e singulariza o tempo presente. No movimento dos eventos face à permanência dos significados rearrajados pela ciranda quaternária, o “pão vivo” é o signo para qual os olhos devem estar voltados: Ele concede a vida eterna mas também institui o poder no mundo terreno.

É notável que Raul se sirva do texto bíblico para defender sua proposta de história enquanto mudança: “Ainda mais que, sabemos por meio do testemunho de Nosso Senhor que, até a última hora do dia, ajudado pelo Espírito Santo, ele mesmo operará com o Pai coisas novas. Por outro lado, depois de quase duzentos anos... não se encontrou pessoa para transmitir à posteridade um trabalho de história, enquanto que é evidente, tanto no mundo romano quanto nas regiões de além-mar ou nas províncias bárbaras, que fatos aconteceram que seria extremamente útil aos homens conservar na memória, para que sua meditação inspire a cada um precauções salutares” (I, 1).<sup>31</sup> As mudanças, cujo caráter único justifica a premência de seu registro, não acontecem em todos os planos. No nível político, notamos a manutenção da ordem fundamental em que são dadas as funções complementares de imperadores, reis, papas e bispos. As violências narradas nas *Histórias* não são apresentadas como convulsões criadas por uma nova aristocracia mas como oportunidade de mostrar a balança da história constantemente recompondo seus elementos de ordem em favor dos imperadores e reis.

As primeiras páginas do livro V elegem o ambiente monástico porque se tem nos monges cultivadores e defensores privilegiados da vida interior, essa instância que deve ser regulada para o desempenho pleno, pelos grandes, de suas funções sociais. Os trechos apresentados nada têm de estritamente pessoal a respeito de Raul como por vezes se afirma. Eles apresentam um grupo de

---

<sup>30</sup> A recomendação a que não se espere por prodígios no tempo presente aparece também no capítulo 15 do livro III no episódio da morte de Hervé, santo cônego e tesoureiro de Saint-Martin de Tours.

<sup>31</sup> *Presertim cum salvatore teste, usque in ultimam extremi diei horam, sancto spiritu cooperante, ipse facturus sit in mundo nova cum patre, et quoniam in spatio fere ducentorum annorum nemo ista appetens extitit...dum videlicet constet tam in orbe Romano quam in transmarinis seu barbaris provinciis perplura devenisse que si memorie commendarentur, proficua nimium hominibus forent atque ad commandantum quibusque cautele studium potissimum iuarent*

vetores que ameaça de ruptura da comunidade (preguiça, luxúria, cupidez), no caso, da monástica. Quando Raul diz que foi concebido em pecado, ele não o faz, como se interpretou, para apresentar a falha por meio da qual a ação diabólica se apoderou de sua vida. De fato, Raul fala de si como inconstante e aponta suas diversas mudanças de casa religiosa como resultado de sua imoderação. A mudança em si não é o problema. Guilherme de Volpiano também não deixou sua casa original? No entanto, poucos frizaram a reabilitação de Raul. Quando fala da concepção em pecado, ele pode afirmar que o confessa sem vergonha (*confiteri non erubesco*, V, 3). Ao falar de si, o que nos apresenta é a possibilidade de salvação e de reabilitação. A vida rica ao lado do santo abade de Volpiano deriva do talento para as letras de Raul, reconhecido por todos. Sua trajetória é aquela da mudança e da conversão, tal qual a trajetória da Igreja de seu tempo. Da mesma forma, embora as dinastias se corrompam e desapareçam, o imperador e os reis se mantêm.

O quinto livro confirma a importância da teoria da história como registro do tempo presente e este como mudança. Ela reconhece ao monacato um lugar importante na salvaguarda espiritual da cristandade mas não altera o sistema tradicional dos poderes em que imperador, reis, papa, bispos se sobressaem. O livro V incorpora à obra de Raul os acontecimentos do presente mais imediato e reafirma os termos do tratado da divina quaternidade. Tendo em vista a concepção de dinâmica permanente dos acontecimentos que permite a ampliação da obra, podemos imaginar que Raul, ao escrever o quinto livro, repensou o plano original de seu trabalho. Nessa reelaboração, o livro I se transformaria em um grande prólogo – já que se ocupa dos antecedentes dos acontecimentos de que a obra se propõe efetivamente tratar – e os quatro livros seguintes voltados para a operância da divina quaternidade no presente. A reelaboração e a expansão permanentes do texto até os últimos meses de vida do autor dão à história contemporânea que realiza a duração aproximada de uma vida adulta. O tempo de vida do historiador.